

José d'Encarnação

Cecília Marina,
Ossonobense

apenas



Casa da Cultura António Bento
S. Brás de Alportel

4-2 **Biblioteca**


Inv. N.º 2663

Cota N.º



José d'Encarnação

Cecília Marina, Ossonobense

 apenas

José d'Encarnação (n. 24-12-1944, S. Brás de Alportel) é professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Especializou-se na investigação em Epigrafia Romana, o estudo das inscrições que os Romanos deixaram. A sua preocupação como docente tem sido a de mostrar como uma mensagem aparentemente singela e estereotipada pode trazer curiosas informações – porque inserida num documento que é, de facto, no seu conjunto, um «objecto cultural». Dentre as suas obras nesse domínio, salientem-se: *Estudos sobre Epigrafia* (Coimbra, 1998); *Roteiro Epigráfico Romano de Cascais* (Cascais, 2001); *Epigrafia – Pedras que Falam* (Coimbra, 2006).

© Apenas Livros Lda.,
José d'Encarnação

Al. Linhas de Torres, 97, 3.^o dto.
1750-140 Lisboa
Tel/fax 21 758 22 85
apenaslivros@oninet.pt

Depósito legal n.º 242476/06
ISBN-13: 978-989-618-068-3
ISBN-10: 989-618-068-7
1.^a edição: 200 exemplares
Abril de 2006
Publicação n.º 174

Revisão de Luís Filipe Coelho

Colecção OFIUSA, 7
Dirigida por: Gabriela Morais
gabrielcmorais@gmail.com

Edição patrocinada por:
Município de São Brás de Alportel

www.apenas-livros.com

A maior parte de nós pode aspirar a ter o seu nome gravado, um dia, na pedra tumular.

Epigrafia se chama a ciência que estuda esses dizeres sobre materiais duradouros: a pedra, o barro, os metais... Uma ciência que tem as suas regras, pois não basta interpretar uma inscrição, que amiúde integra siglas e abreviaturas (como o D. E. P., «descanse em paz»): urge, fundamentalmente, compreender o porquê de se terem mandado gravar essas letras, com aquela disposição, e porquê aquelas palavras e não outras.

Tal como hoje, nas mensagens dos telemóveis, há palavras em abreviatura, também em todos os tempos assim se passou com as inscrições.

Ao epigrafista competirá, portanto, decifrar, interpretar, mas, sobretudo, integrar no espaço e no tempo essa mensagem pensada e sintética para a utilizar como fonte histórica.

Escreveu Giancarlo Susini, um estudioso italiano, que o epigrafista estuda o modo como, em determinado momento, o homem seleccionou ideias para as transmitir aos vindouros.

Monumentos epigráficos são, pois, todos aqueles que ostentam uma inscrição, solene ou singela que seja. Mesmo um caco com um grafito se incluirá, por conseguinte, neste rol.

E uma característica dessas inscrições, além de serem curtas e directas, é a de terem como suporte um material duradouro: a pedra (mármore, calcário, granito, xisto...), os metais, objectos

cerâmicos... Compreende-se porquê: pretende-se, justamente, que a mensagem ali deixada se perpetue pelos séculos. Não se escreve no epitáfio do ente querido: «eterna saudade»...?

E que motivo há para um simples letrado ser... «monumento»? Precisamente por ser fruto de uma cultura, ser veículo de ideias pensadas. Costumo dizer que se trata, na verdade, de um autêntico «objecto cultural».

Razão temos, por isso mesmo, em olhar com respeito e preservarmos, sempre que possível, as pedras com letras que encontrarmos. São, sem dúvida, importante documento histórico. Tantas há por aí nas nossas paredes! E, como reza o *Evangelho*, «não se acende uma candeia para a pôr debaixo do alqueire!» Também uma inscrição não se faz para que não seja lida; daí que se escolha um suporte pétreo adequado e um local onde possa ser vista com facilidade.

Reza a tradição que, junto da Ermida de S. Romão, em São Brás de Alportel, no Algarve, se encontraram dois altares romanos. Integrados certamente na colecção pouco a pouco reunida pelo grande investigador e arqueólogo taviense Sebastião Philippes Martins Estácio da Veiga (1828-1891), com vista à criação de um «Museu do Algarve» que reunisse essas antigualhas, acabaram por ser incorporados no espólio do Museu Nacional de Arqueologia.

Sobre eles iremos tecer considerações, para nos apercebermos do que pensavam os nossos antepassados romanos. Detenhamo-nos, para já, numa palavra: altar ou ara.

Não é propriamente altar para celebrações religiosas de culto a uma divindade. Mede aquele que mais completo nos chegou 1,04 m de altura por 47 cm de largura e espessura máximas. Era, pois, como que uma «miniatura». Ou seja, não servia realmente para cerimónias; mas a sua forma denotava uma intenção: immortalizava na pedra a vontade de, para todo o sempre, assim se prestar culto não apenas à memória da defunta, ao seu espírito, mas sobretudo às divindades que, segundo a crença romana, a protegeriam no Além: os deuses Manes.



Começa, de facto, o texto do altar de S. Romão pelas siglas D · M · S ·
Atentemos, primeiro, no uso de siglas: significa que o povo comum as compreendia perfeitamente, tal como hoje sabemos o que significa PSP ou CTT.

Vamos desdobrá-las, isto é, vamos escrever por extenso as palavras que nelas estão «escondidas»: D(iis) M(anibus) S(acrum). É expressão latina que quer dizer: «Consagrado aos deuses Manes».

Já vimos que a essas divindades atribuíam os Romanos a função de proteger o defunto no Além. Após a morte, o ser humano como que se refugiava no seu seio. Não sabemos se os Romanos acreditavam, como os cristãos, que o homem é composto de corpo e alma, sendo esta eterna; o certo é que tinham a ideia de que, para além da morte, a pessoa continuava viva, embora numa vida diferente.

O costume de se consagrar a sepultura aos Manes começou sobretudo a partir do momento em que se tornaram mais frequentes as violações dos sepulcros. Desta sorte, o violador não apenas incorria numa pena estabelecida pela lei humana mas tornava-se indigno, amaldiçoado, perante os olhos das divindades, pois cometera um sacrilégio.

Só ínfima parte dos mortais fica na memória das gentes. Inclusive, com o passar dos tempos, nem sequer os familiares deles se recorda, pois nada fizeram de extraordinário - a não ser o extraordinário que é viver o dia-a-dia, num sereno testemunho de fraternidade. Morreram, um véu de esquecimento os vai cobrindo e mesmo a lápide que, um dia, alguém lhes mandou colocar sobre a tumba («eterna saudade»...) é capaz de ir parar, de novo, à oficina do canteiro, para outro epitáfio receber.

De facto, a quase totalidade de nós tem essa secreta esperança de que - com um D(escanse) E(m) P(az) - o seu nome venha a ser recordado, quiçá com fotografia ao pé, no nosso cemitério. O epitáfio tem esse condão: «Salvar o nome do esquecimento».

Por isso, os Romanos mantiveram tal hábito, com grande regozijo para os historiadores, pois do modo como identificaram os seus defuntos poderemos inferir o seu estatuto social, porventura a sua naturalidade ou remota origem, a sua cultura...

Qual será, pois, o verdadeiro significado do nome Cecília Marina Ossonobense, patente no altar funerário romano de S. Romão?

Usavam as mulheres romanas dois nomes: um, o da família; outro, o que, na família, as distinguia dos demais.

Família, em latim, diz-se «gens» (daí veio a palavra portuguesa «gente»); por isso, o nome que identifica a família se chama, em epigrafia, o «gentílico» ou, em latim, o *nomen* (donde veio o vocábulo «nome», como se, na verdade, o nome autêntico, o principal fosse o de família - e era!).

Ao nome distintivo aplicava-se a designação de *cognomen*, que traduziríamos à letra por «cognome», mas que não tem, de facto, o mesmo significado que essa palavra detém na nossa língua.

«Cognome» tiveram-no os reis!... Não é apelido também, porque «apelido» é, entre nós, nome de família.

Cecília Marina pertencia, portanto, à família dos Cecílios, de que outros testemunhos há na vizinha cidade romana de Ossónoba (Faro), onde ela nascera, como veremos. «Marina» é o nome que a distingue e poderá ter-lhe sido dado precisamente por ter nascido à beira-mar, pois «marina» significa, em latim, «marinha», «a que veio do mar».

Tem São Brás de Alportel uma característica ímpar no seu cemitério e no anúncio de falecimentos dos seus habitantes: a de identificar a sua área de residência - Vila, Corotelo, Vilarinhos, Gralheira... É uma forma de estreitarmos os laços da comunidade, sentindo-nos todos membros dela.

Quando se preenche um documento oficial, para além do nome e da menção dos pais, lá vem também a referência à naturalidade, um sinal mais para se ficar bem a saber quem é.

Ao tempo dos Romanos, a indicação da naturalidade num monumento funerário, como é este da ossonobense Cecília Marina, reveste-se de uma grande importância do ponto de vista histórico.

E compreende-se porquê.

No concelho de São Brás ninguém vai identificar-se como «algarvio» ou como «são-brasense»; identifica-se, como vimos, «da Mesquita Alta», «dos Gorjões»... porque só assim se distingue dos demais. Pode chamar-se «algarvio» a alguém que viva em Oeiras e seja do Algarve. Ora isto quer dizer que a família de Cecília Marina sentiu necessidade, aqui, de afirmar como natural de «Ossonoba», ou seja, de Faro. Poder-se-á, então, concluir: o actual território de São Brás não pertencia à cidade romana de Faro. Em princípio, este raciocínio está correcto; contudo, conhecendo nós a documentada importância da família Cecília de Faro, vemos aqui, de preferência, a afirmação da pertença a essa família ilustre.

Informa, ainda, esse epitáfio que Cecília Marina morreu com 85 anos de idade.

É esta a única nota cronológica que surge na inscrição e, como se vê, refere-se a um dado inteiramente pessoal, sem qualquer

possibilidade de inserção no tempo histórico. Ou seja, dizendo de outro modo, não se fica a saber por aí quando é que Marina morreu. Detém este modo de identificar os defuntos um significado ideológico, a reter.

Na verdade, ao vermos, no cemitério, os epitáfios dos nossos entes queridos, verificamos que a informação neles consignada é: N. a tantos do tal; F. a tantos do tal. As datas de nascimento e de morte a marcarem o início de duas vidas: a terrena e a sobrenatural.

Quando o cristianismo se implantar no mundo romano, assistir-se-á a uma mudança de formulário: dir-se-á que o crente «descansou no Senhor» no dia tal. E essa referência é a principal, pois, para os cristãos, o dia da morte marca o nascimento para a vida verdadeira no Além. Para os Romanos, à primeira vista, o que interessou foi o período de vida. E quem ali jaz manter-se-á eternamente com os anos com que faleceu.

E quantos anos foram? 85? Terão sido mesmo 85?

Parecendo, à primeira vista, pergunta estranha, acontece que, de facto, o não é, se considerarmos que o registo civil, mesmo entre nós, só começou no último quartel do século XIX – e, daí, ter havido pessoas, até não há muito tempo, cuja idade ao certo se desconhecia.

Também os Romanos não tinham registos. Por isso, os historiadores se têm interrogado acerca do verdadeiro significado do número que aparece nos epitáfios: é uma idade real? É uma idade fictícia? E mesmo na necrópole romana da Quinta de Marim (Quelfes, Olhão) em que houve o hábito de, inclusive, se indicarem meses e dias de vida – será que se pode acreditar? Em crianças de tenra idade, em jovens, sim, porque não? Os pais teriam boa conta do tempo em que gozaram da sua terna companhia. Mas... 85 anos – quem garante que são 85 e não 83 ou, simplesmente, muitos...?!

Sucedê, por outro lado, que se nota, nos epitáfios romanos, uma tendência para arredondamento das idades em lustros. Como nós, hoje, dizemos. «A Maria? É mulher para ter aí uns 55/60 anos, não mais!».

No tempo dos Romanos, colocava-se no epitáfio a idade com que o defunto passara desta vida para a eternidade; mas, ao dizer-se que ali jazia Marina, de 85 anos, significava-se, pois, uma idade avançada.

O arredondamento em lustros - vulgar nos epitáfios romanos da Península Ibérica - intrigou, a princípio, os estudiosos. Aduziram-se argumentos estéticos («Assim ficava melhor!»); de moda... Contudo, o argumento maior residia, sem dúvida, no facto de, mui frequentemente, se desconhecer a idade certa, a não ser quando se tratava de jovens ou de crianças, de que - por vezes - até o número de horas que tinham vivido no epitáfio se anotava, em sinal do grande pesar que o seu passamento causara aos progenitores e à família.

Como o censo se fazia de cinco em cinco anos, poderia ser esse também um ponto de referência: Avito recenseou-se nove vezes? Então, tinha 45 anos quando faleceu.

Intrigou-me, porém, a frequência com que aparecia o número XL. Deduzi que teria um simbolismo próprio - e não é que Cecília Marina viveu um pouco mais que... duas vezes quarenta?! Não será este, como 40, um número simbólico?

Ora vejamos:

1. Depois de saírem do Egipto, em busca da Terra Prometida, erraram os Hebreus 40 anos no deserto (*Êxodo*, 17, 35) e Moisés, antes de receber as tábuas com os Dez Mandamentos, «permaneceu junto do Senhor quarenta dias e quarenta noites, sem comer pão nem beber água» (*Êxodo*, 34, 28).

2. Jesus Cristo passará 40 dias em oração no deserto (*Lucas*, 4, 2) - e, daí, ser de quarenta dias o período da Quaresma.

3. A propósito de doenças, fala-se em «ficar de... quarentena».

4. E, nos *Contos das Mil e Uma Noites*, não há a história de Ali Babá e dos... 40 ladrões?

Não será, pois, de estranhar que o cânone n.º 43 do Concílio de Elvira determine que a festa do Pentecostes se celebre não no 40.º dia após a Páscoa, como estava a ser costume, mas no 50.º, decerto para exorcizar o eventual carácter mágico que se estaria a atribuir já a este número.

Desta sorte, morrer aos 40 anos significará, entre os Romanos, «ter vivido em plenitude». E também 80 (ou 85) assumirá valor simbólico.

De acordo com o P^o Afonso da Cunha Duarte, no seu recente livro *Memórias de S. Brás de Alportel - A Igreja e as Instituições Religiosas*, entre as lápides sepulcrais que se salvaram do cemitério velho, há a de Joaquim da Luz, da Horta dos Vilarinhos, que reza assim:

AMIGOS MEUS AO PASSAREM
JUNTO DESTA CAMPA FRIA
PEÇO PARA ME REZAREM
PADRE NOSSO AVÉ MARIA

Vem, curiosamente, do tempo dos Romanos, esse jeito de o defunto dialogar com o passante e fazer-lhe esse pedido, directamente por vezes - «rogo-te, ó tu que passas, que digas...» - indirectamente, a maior parte.



E como vinha tal pedido formulado, por exemplo na inscrição de Cecília Marina? Através das siglas S T T L, que significam, em latim, *sit tibi terra levis*, «que a terra te seja leve!».

Note-se o uso da segunda pessoa, nessa forma de diálogo, que visava, além do mais, esconjurar medos e gerar saudáveis convivências entre quem já partiu e quem ainda por cá fica.

Diz o povo que «Luar de Janeiro não tem parceiro; mas lá vem o de Agosto que lhe dá no rosto».

Na verdade, enche-nos de encanto a lua cheia, nesses meses; vemos lá o homem com o feixe de lenha às costas e até sonhamos com o mar da Serenidade. Nós, homens do

século XXII... Já pegadas humanas foram marcadas no solo do planeta, já muitos dos seus mistérios se desvendaram, já sabemos quase tudo acerca da sua composição - e ainda a Lua nos faz sonhar! Ainda as noites de lua cheia se consideram propícias a lobisomens, a desvarios, à contemplação de seus raios de prata na vastidão do mar...!

Que seria, então, para os homens de há dois mil anos e mais atrás...?!

Por isso, o crescente lunar vem figurado em monumentos funerários romanos. Por exemplo, no de Cecília Marina. Lá está o crescente esculpido no altar que lhe encimava a sepultura. E porquê? Porque, para os Romanos, a Lua era a morada dos mortos. Para lá partiriam, decerto, após a caminhada na Terra. Para outro lugar não poderiam ir - que era este, no firmamento, o que ficava mais perto e era mais doce na sua luz, mais serena a sua superfície. E ali apeteceria repousar!...

Gostaríamos que não murchassem nem morressem nunca as flores que, em Dia de Todos os Santos, antecipando o de Finados, vamos religiosamente colocar sobre a campa dos nossos familiares.

Murcham, porém; efémera lhes é a vida, mesmo que as houvésemos mantido na planta-mãe...

Não esmorece, contudo, a saudade que as flores ali representam, a vontade de homenagearmos a memória de quem, ao longo da nossa vida, com altos e baixos, nos acompanhou.

Optamos, pois, amiúde e a contragosto, pelas flores artificiais. Ou, então, se de campa perpétua se trata, pedimos ao canteiro que penha lá bonita grinalda, em baixo-relevo, a perpetuar nossa vontade.

Assim, no tempo dos Romanos. No altar funerário de Cecília Marina estão esculpidos, em baixo-relevo, dum lado e doutro, um jarro e uma pátera (assim em jeito de bandeja com pega). Eram os objectos habituais do ritual da purificação do cadáver, antes de ser cremado ou sepultado: lavava-se, perfumava-se...



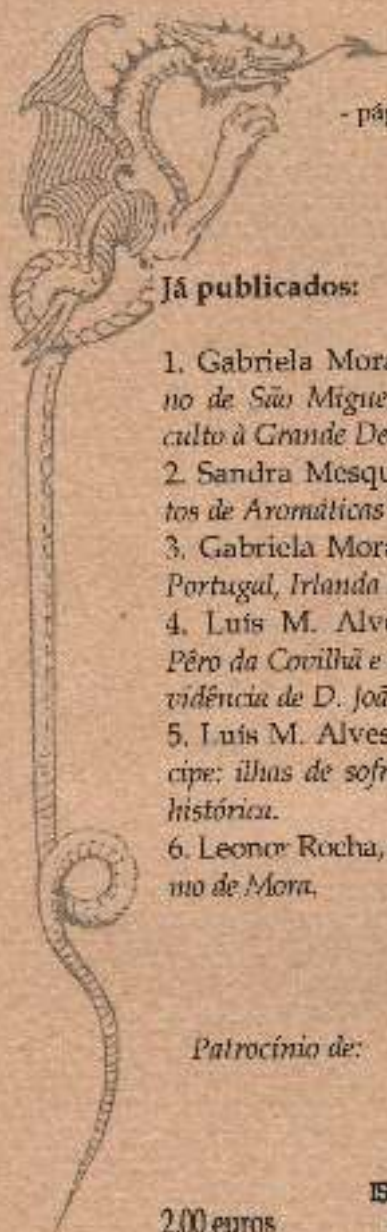
Nesse jarro e nessa pátera está, pois, representado o desejo dos seus entes queridos de que a purificação perdure e assim permanença, incólume, no Além.

Um dia, ao cair da tarde, há 2000 anos atrás, rodeada dos familiares, Marina saudou a cada um em particular, chamando-os pelo seu nome. Disse-lhes que chegara a hora de partir e, serenamente, adormeceu. Passou-lhe a mão pelas pálpebras o filho mais velho, numa suavidade...

Já estava de sobreaviso o canteiro Thémison: o monumento funerário fora delineado no seu conjunto, em todos os pormenores decorativos e textuais.

E a jura não se quebrou: toda a família, anonimamente, nele estaria representada. Anonimamente. Só o nome de Cecília Marina, ossonobense, se havia de perpetuar

José d'Encarnação



ofiusa, 7

- páginas de história portuguesa -

Já publicados:

1. Gabriela Morais — *O Santuário Alentejano de São Miguel da Mota (Vestígios de um culto à Grande Deusa)*.
2. Sandra Mesquita — *Breve História dos Hortos de Aromáticas e Medicinais em Portugal*.
3. Gabriela Morais — *A Lenda da Fundação de Portugal, Irlanda e Escócia*.
4. Luís M. Alves de Fraga — *A Viagem de Pêro da Covilhã e Afonso de Paiva ou a Mundialvidência de D. João II*.
5. Luís M. Alves de Fraga — *São Tomé e Príncipe: ilhas de sofrimento e de fortuna. Símbola histórica*.
6. Leonor Rocha, Manuel Calado — *Megalitismo de Mora*.

Patrocínio de:



2,00 euros

ISBN: 978-989-618-068-3

ISBN: 989-618-068-7

